



Relatório e Contas 2009 do Hyposwiss Private Bank Genève SA -  
Sucursal em Portugal

# Índice

<b>1. Mensagem da Gerência .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Hyposwiss Private Bank.....</b>	<b>4</b>
2.1. Actividade da sucursal .....	4
2.2. Estrutura Organizacional .....	5
2.3. Recursos Humanos.....	7
2.4. Membros da Gerência .....	8
2.5. Auditores Internacionais.....	9
<b>3. Enquadramento Económico e Financeiro .....</b>	<b>9</b>
<b>4. Gestão de Riscos.....</b>	<b>10</b>
<b>5. Análise Financeira .....</b>	<b>11</b>
<b>6. Nota Final.....</b>	<b>15</b>
<b>7. Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>16</b>
7.1. Demonstração de Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e para o período de 7 meses findo em 31 de Dezembro de 2008 .....	16
7.2. Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.....	17
7.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e para o período de 7 meses findo em 31 de Dezembro de 2008 .....	18
7.4. Demonstração de alterações do capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e para o período de 7 meses findo em 31 de Dezembro de 2008 .....	19
<b>8. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009.....</b>	<b>20</b>

## 1. Mensagem da Gerência

O período de final do ano é habitualmente um período dado a previsões, que vão desde a astrologia até à avaliação das bolsas, numa tentativa de prever o que se irá passar no próximo ano.

Esse tipo de previsões é sempre fortemente influenciado pelo estado do mercado, conforme verificado durante o ano que passou. A crise financeira agravou-se significativamente devido ao colapso do Lehman Brothers em Setembro de 2008. No final do ano, as consequências estavam longe de estarem controladas e impossíveis de prever. A economia real colapsou a uma velocidade alucinante e os pedidos de apoio ao governo sucederam-se igualmente de uma forma vertiginosa.

Sem surpresas, os investidores começaram o ano bastante pessimistas. A economia deslizou para a mais profunda recessão desde a II Guerra Mundial, os bancos apresentaram perdas que ascendiam a milhões e os governos tiveram de manter a economia e o sistema financeiro estabilizado com a injeção de avultadas somas de dinheiro. Como resultado, os preços das acções desceram cerca de 30%.

Em meados de Março as previsões feitas no início do ano estavam em stand-by e os investidores tomavam consciência que a situação ainda era difícil, embora nessa altura, o preço das acções e dos títulos das empresas já reflectissem a crise. Os mercados tinham agora uma visão mais realista do sector financeiro, da economia real e do mundo empresarial. A recessão estava implantada, mas com a adopção de rigorosas políticas monetárias de suporte à economia, o preço das acções disparou e os spreads para as obrigações das empresas baixaram para níveis garantidos pelos fundamentais. Assim sendo, o ano de 2009 tornou-se um dos melhores desta década para os investidores.

Ainda sob a influência dos últimos relatórios favoráveis acerca da economia e da forte performance deste ano, estaremos agora a olhar para 2010 com um optimismo excessivo? Estamos conscientes que a recuperação da economia global ainda tem muitos obstáculos pela frente. Os governos têm de reduzir as medidas de apoio e os bancos centrais têm de acabar com as políticas monetárias expansionistas. Isto não pode deixar de ter algum impacto nos mercados. Acima de tudo, esperamos que a recuperação continue. Antecipamos também uma recuperação nos lucros das empresas e por isso esperamos que os mercados bolsistas voltem a ter uma performance positiva.

## 2. Hyposwiss Private Bank

O Hyposwiss Private Bank Genève, sucursal em Portugal (adiante designado por Hyposwiss ou sucursal), foi constituído em Lisboa a 22 de Abril de 2008. A sucursal constituída, assumiu em 1 de Junho de 2008, por operação de trespasse, a plenitude dos activos, obrigações e direitos com referência à actividade já desenvolvida pelo Anglo Irish Bank, Sucursal em Portugal (incluindo os direitos e obrigações contratuais assumidas pelo Anglo Portugal com terceiras entidades, tais como: clientes, fornecedores e colaboradores).

### 2.1. Actividade da sucursal

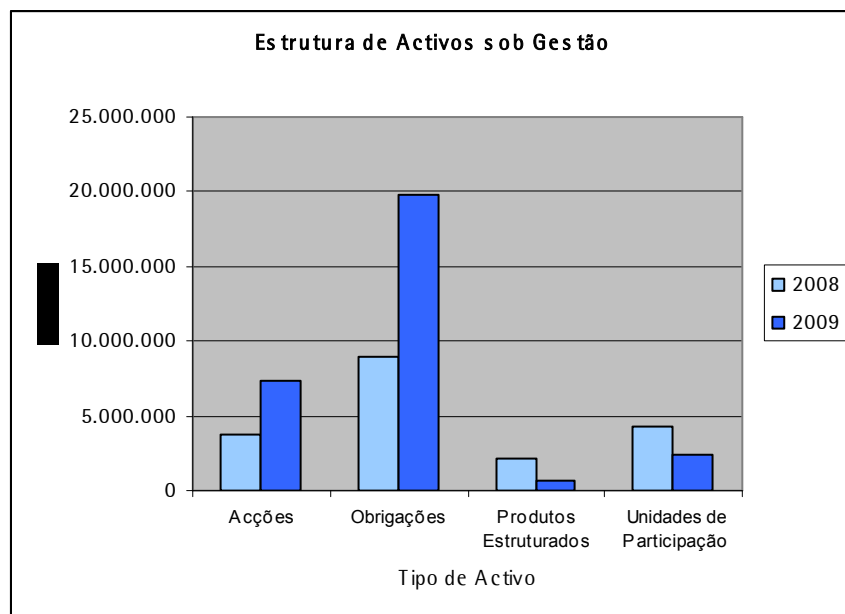
A sucursal tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços associadas ao Private Banking , designadamente em operações de crédito, operações nos mercados de títulos, serviços de consultoria e serviços de gestão de carteiras.

O serviço de gestão de patrimónios da sucursal é baseado em elevados padrões de qualidade através do acompanhamento permanente de um gestor especializado com soluções adequadas às necessidades específicas de cada cliente, que se traduz em recomendações de investimento adaptadas ao perfil de cada investidor.

São definidos em conjunto com o cliente, os objectivos a atingir, o horizonte de investimento assim como os instrumentos financeiros que deverão incorporar o portfolio. É avaliada a situação do cliente, conhecimentos do mercado, capacidade financeira, expectativas do investimento e posteriormente seleccionado o modo de gestão pretendido para os activos.

A oferta de instrumentos financeiros da sucursal inclui acções, obrigações, divisas, fundos de investimento internos e externos e produtos estruturados.

A estrutura dos activos sob gestão da sucursal, apresentou-se no final de 2008 e 2009, conforme evidenciado no gráfico abaixo:



A 31 de Dezembro de 2008 o volume de activos sob gestão da sucursal situava-se nos 19.057 milhares de euros sendo que no final de 2009 este montante ascendia a 30.334 milhares de euros, representando um aumento de 59%.

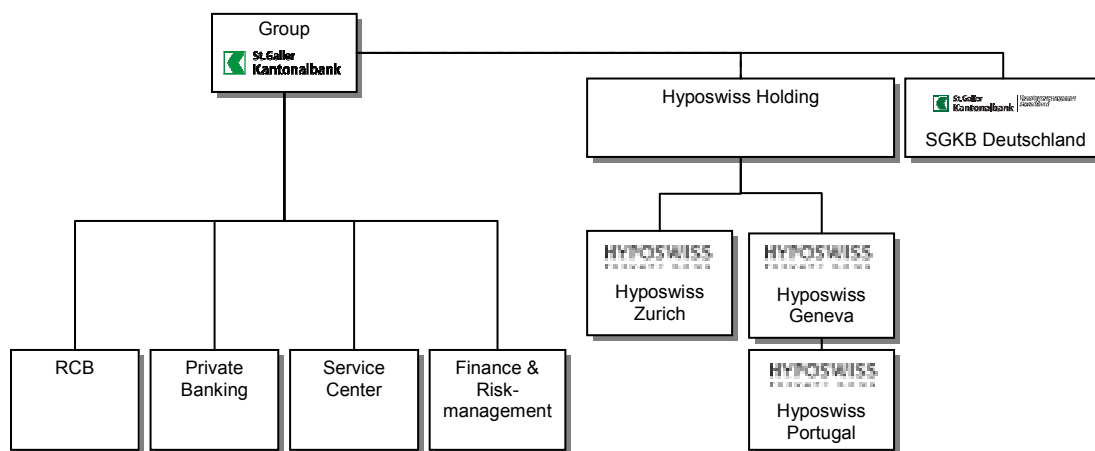
A gestão discricionária continua a revelar-se pouco significativo face ao total de activos geridos pela sucursal em 31 de Dezembro de 2009, correspondendo a apenas 3,2%.

**Activos por Tipo de Ges tão**



## 2.2. Estrutura Organizacional

### Organigrama do Grupo



O Hyposwiss Private Bank Genève SA – Sucursal em Portugal é uma sucursal de uma instituição financeira Suíça – o Hyposwiss Private Bank Genève SA, com sede em Génève, na Suíça, o qual é detido em 100% pela instituição financeira St. Galler Kantonalbank, com sede, igualmente, na Suíça.

O St. Galler Kantonalbank, está classificado com rating Aa1 (Moody's) e é 54,8% detido pelo Estado Suíço via o cantão de Saint Gallen, o qual por via legal é obrigado a deter pelo menos 51% do capital do referido banco.

Face à conjuntura económica, o Hyposwiss Portugal tem vindo a registar um conjunto de indicadores e resultados económico-financeiros substancialmente inferiores aos objectivos definidos pela gestão e pretendidos aquando da sua implementação em Portugal.

Assim sendo no início do corrente ano, procedeu-se estrategicamente à análise da estrutura orgânica do Hyposwiss Portugal a fim de serem verificados os departamentos, unidades ou funções que poderiam ser unificados ou gerar uma diminuição de custos.

Deste modo, foi desde logo analisada a possibilidade de centralização na estrutura internacional de funções ou departamentos actualmente existentes em Portugal, aproveitando assim o efeito das sinergias que fosse possível implementar, o que conduziu à decisão de externalizar a responsabilidade pela área de consultoria de investimentos que passou a ser executada pela área de Consultoria de Investimento existente na Suíça, em Génève.

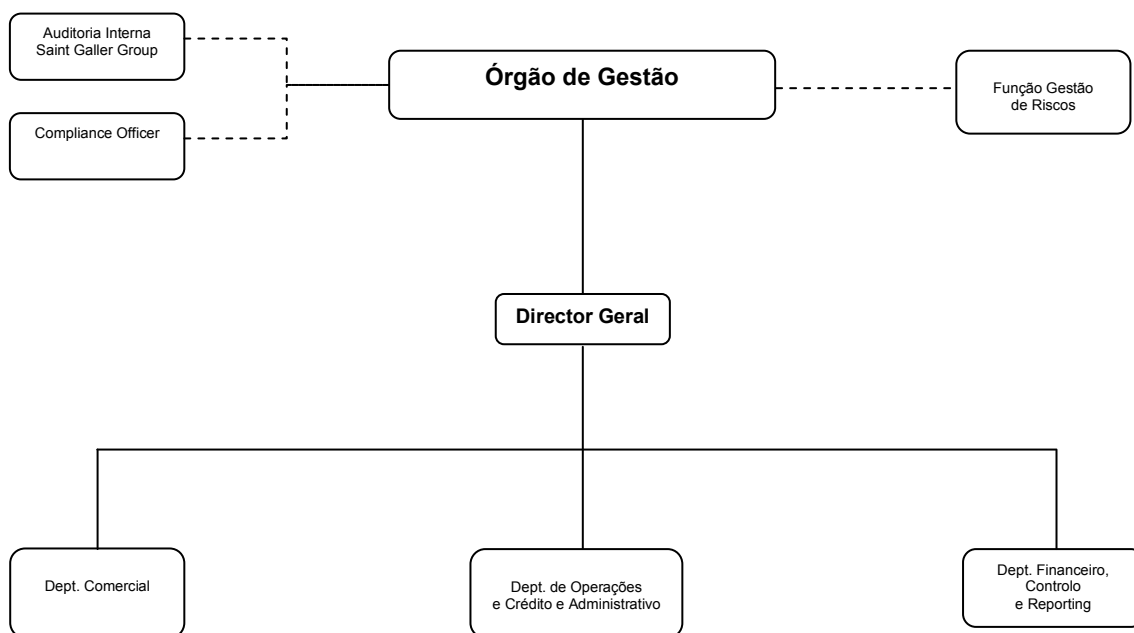
A análise sobre a estrutura orgânica do Hyposwiss Portugal foi ainda aprofundada, no sentido de identificar funções que, apesar de permanecerem a um nível local, poderiam ser redistribuídas de modo a permitir uma redução de custos pela eliminação de redundâncias.

Concluiu-se nesse exercício que a Direcção de Operações e Administrativa, bem como a responsabilidade pela gestão de riscos – atribuída ao Chief Operations Officer, muito embora se devesse manter a um nível local, poderia ser redistribuída internamente pelas demais áreas Administrativa, Operações e Financeira do Hyposwiss Portugal.

Foi determinada a reestruturação da sucursal, dotando-a de um novo modelo de funcionamento que garantisse parte da redução de custos necessária ao reequilíbrio dos resultados do Hyposwiss Portugal.

### Organigrama da sucursal

A estrutura de organização interna da Sucursal encontra-se reflectiva no organograma abaixo indicado:



## 2.3. Recursos Humanos

### Colaboradores

O quadro de pessoal da sucursal era, no final de 2009, constituído por nove funcionários, registando-se uma redução de quatro pessoas em relação a 2008.

<b>Colaboradores</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>
N.º de efectivos	9	13

### **Estrutura Etária**

A estrutura etária dos colaboradores da sucursal evoluiu conforme representado no quadro abaixo:

<b>Idades</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>
Até 30 anos	0%	8%
de 31 a 40 anos	67%	46%
de 41 a 50 anos	33%	38%
mais de 50 anos	0%	8%

### **Habilitações**

O elevado grau de habilitações académicas do quadro de colaboradores da sucursal são a garantia da continuidade de capacidades técnicas nível de qualificações exigido é elevado com cerca de 78% dos funcionários a possuir, pelo menos, um grau de bacharelato, licenciatura ou até mais elevado.

<b>Habilitações</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>
Ensino secundário	22%	31%
Bacharelato	11%	8%
Licenciatura, MBA, Mestrado e Pós-graduações	67%	62%

## **2.4. Membros da Gerência**

As pessoas responsáveis pela gestão da Sucursal são dois representantes legais não residentes e dois representantes legais residentes em Portugal, nos termos do número dois do artigo 49º do RGICSF.

Os dois representantes legais residentes são os a seguir indicados:

- Miguel Lopes Marques
- Sílvia Maria Brito Leal

Os representantes legais não residentes são os a seguir identificados:

- Simon Cole
- Alexander Dimanow



## 2.5. Auditores Internacionais

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903.

## 3. Enquadramento Económico e Financeiro

O ano de 2009 ficou marcado, no seu conjunto, pela forte queda ou desaceleração da actividade na sequência da crise financeira global iniciada em 2007. Na zona Euro, as informações disponíveis em 2009 mostram uma quebra significativa nos indicadores de confiança, reflectindo uma deterioração na generalidade dos sectores e um arrefecimento da actividade económica. Os Estados Unidos e a Zona Euro terão registado quedas anuais do PIB de 2,5% e 3,6%, respectivamente.

Na verdade, a persistência da crise financeira internacional que se iniciou nos Estados Unidos da América em Setembro de 2007 e tendo-se acentuado em Setembro de 2008 com a falência do banco Lehman Brothers provocou uma profunda perturbação em todo o sistema financeiro mundial, bem como a redução das expectativas de inflação levando ao prosseguimento da redução das taxas de juro de referência.

Em relação à economia nacional, por arrastamento o panorama é idêntico ao verificado a nível mundial. Com efeito os dados quantitativos sugerem um abrandamento da deterioração da actividade económica, sem que se tenham evidenciado sintomas de retoma da actividade económica em geral.

Deste modo, em Portugal durante o ano de 2009, verificou-se uma desaceleração da actividade económica que se repercutiu numa quebra do consumo privado, e na ocorrência de condições mais restritivas na obtenção de crédito por parte das empresas e famílias. Em consequência o PIB português terá contraído cerca de 2,6%, penalizado sobretudo pela queda das exportações e do investimento, e o défice público terá atingido o valor histórico de 9,3%. Em resultado verificou-se uma deterioração do investimento privado e um agravamento da confiança dos agentes económicos num contexto de forte subida da taxa de desemprego que atingiu igualmente um valor histórico na ordem dos 10%.

As perspectivas para a economia portuguesa, ao longo do horizonte de projecção, são marcadas por uma recuperação gradual e moderada da actividade à escala global, após o quadro recessivo sem precedentes históricos recentes que se acentuou no final de 2008. Para 2010 e 2011 persiste uma elevada incerteza e riscos globalmente descendentes para a actividade económica mundial. Estes riscos decorrem tanto do possível impacto sobre a procura da inevitável reversão das medidas de estímulo implementadas pelas autoridades, como dos possíveis efeitos da crise financeira sobre o nível de equilíbrio da actividade económica e sobre a própria dinâmica de crescimento do produto potencial das economias.

## 4. Gestão de Riscos

O controlo e gestão de riscos desempenham um papel de fundamental importância no desenvolvimento equilibrado e sustentado da Sucursal, assegurando um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, provisionamento e liquidez.

A definição do perfil de risco e do controlo desse mesmo risco é da responsabilidade da Gerência.

Tendo em consideração o tipo de actividades que exerce, gestão de activos, a exposição ao risco do Hyposwiss Private Bank Genève SA, sucursal em Portugal é de uma forma geral reduzido, sendo quase nulo nas principais categorias de risco financeiro, conforme descrito nas notas às contas.

A sucursal encontra-se abrangida, por normativo emanado pela casa-mãe, relativo às principais linhas orientadoras na gestão da política de riscos do Grupo, no qual a pessoa afecta à função de riscos tem a responsabilidade de identificar um conjunto de controlos que deverão ser periodicamente avaliados e reportadas as excepções numa base trimestral. Anualmente é também enviado um relatório sobre o sistema de controlo interno onde constam as deficiências encontradas e as medidas correctivas introduzidas.

Durante o ano de 2009, por forma a dar cumprimento ao requerido pelo Grupo, pelo Banco de Portugal (através do Aviso nº 5/2008) e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (pelo Regulamento nº 2/2007, actualizado pela redacção introduzida pelo Regulamento nº 3/2008), foi formalmente implementado o sistema de controlo interno e gestão de riscos na sucursal em Portugal.

O âmbito das actividades subjacentes ao sistema de controlo interno envolve seguintes passos:

- Determinação de materialidade com base nas demonstrações financeiras da sucursal;
- Identificação das contas significativas da sucursal, com base no risco inerente e respectiva materialidade;
- Identificação dos processos significativos com ligação às respectivas contas significativas;
- Descrição exhaustiva de cada processo significativo identificado através de documentação formal a rever com base anual (narrativa e fluxograma);
- Identificação dos riscos para cada processo e implementação de controlos-chave que permitam mitigar esses riscos;
- Testes aos controlos com periodicidade previamente definidas serão efectuados pelo responsável pela função de risco;

Esta implementação formal, através de definição de políticas, metodologias e procedimentos de avaliação permite um controlo mais organizado e imediato dos riscos afectos à actividade da Sucursal.

## 5. Análise Financeira

O valor apresentado neste ponto para o período findo em 31 de Dezembro de 2008 não é directamente comparável com o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, uma vez que o primeiro corresponde apenas a 7 meses de actividade.

O impacto no sector financeiro e na actividade bancária, da acentuada crise financeira global, continuou a revelar-se num cenário bastante negativo para actividade da sucursal do Hyposwiss em Portugal, nomeadamente no que diz respeito aos dois primeiros indicadores.

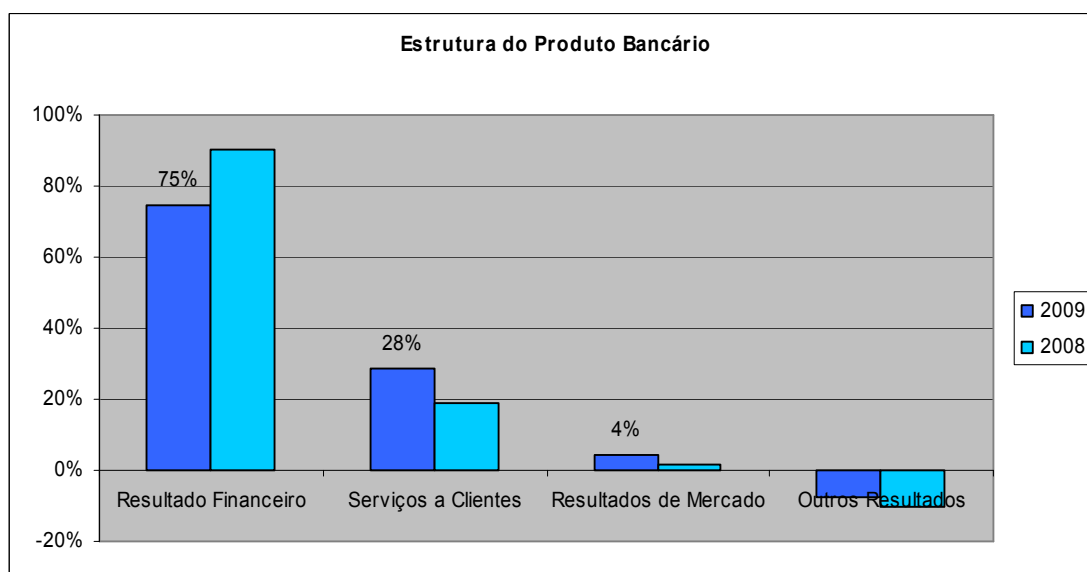
Neste contexto:

- o **resultado do período decorrido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009** totalizou - 887.460;
- a **rendibilidade dos capitais próprios (ROE)** foi de -6,50%;
- o **rácio de solvabilidade**, resultante da aplicação do Aviso do Banco de Portugal nº 12/92, situou-se nos 87,4%.

Síntese de Indicadores	Dez-09	Dez-08
Activo total	48.274.129	56.046.988
Créditos a clientes	13.636.730	19.879.077
Activos financeiros detidos para negociação	57.414	21.094
Passivo total	30.556.815	37.942.214
Situação líquida	17.717.314	18.104.774
Margem financeira	466.446	689.092
Resultado de serviços e comissões	177.572	142.818
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Outros proveitos de exploração	(46.562)	(28.570)
Proveitos operacionais	625.059	815.882
Custos operacionais	1.737.163	1.139.397
Lucro líquido do exercício	(887.460)	(395.226)
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	87%	59%

## Produto Bancário

No produto bancário da sucursal são os resultados financeiros que continuam a representar a percentagem mais significativa, ascendendo a 75%, sendo que as comissões provenientes de serviços prestados a clientes aumentaram de 18% para 28%.



## Margem financeira

Os resultados em operações financeiras no final de Dezembro de 2009 apresentaram um valor positivo de 466.446, conforme apresentado abaixo:

<b>Resultados da Intermediação de Balanço</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>
<b>Proveitos (Juros Activos)</b>	<b>1.075.781</b>	<b>1.494.213</b>
de Crédito a Clientes	565.806	645.279
de Outras Aplicações	509.975	848.934
<b>Custos (Juros Passivos)</b>	<b>609.335</b>	<b>805.121</b>
de Depósitos de Clientes	154.984	245.196
de Outros recursos	454.351	559.925
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>466.446</b>	<b>689.092</b>

Durante o exercício de 2009, registou-se um decréscimo bastante acentuado no resultado financeiro da sucursal. Este facto deve-se essencialmente a uma redução na remuneração das aplicações financeiras da sucursal junto da casa mãe.

### Rendibilidade

No exercício de 2009, os principais rácios de rendibilidade apresentam ainda valores negativos. A rendibilidade líquida dos capitais próprios (ROE) situou-se em -6,50% tendo a rendibilidade líquida do activo (ROA) decrescido para -2,39%.

### Síntese de Rendibilidade

<b>Rendibilidade</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>
Resultados antes de impostos	-1.151.827	-513.284
Activo líquido médio	48.274.129	56.046.988
Resultados antes de impostos / Activo líquido médio (*)	-2,39%	-0,92%
Produto bancário	625.059	815.882
Produto bancário / Activo líquido médio (*)	1,29%	1,46%
Capitais próprios médios	17.717.314	18.104.774
Resultados antes de impostos / Capitais próprios médios (*)	-6,50%	-2,84%

(\*) Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal

### Solvabilidade

À data de 31 de Dezembro de 2009, o rácio de solvabilidade da sucursal, resultante da aplicação do Aviso do Banco de Portugal n.º 12/92, ascende a 87%, continuando a registar valores significativamente acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal.

<b>Solvabilidade</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>
Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade(*)	17.815.196	18.216.743
Dedução aos fundos próprios	8%	8%
Requisitos de fundos próprios	1.631.706	2.462.529
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>87,35%</b>	<b>59,18%</b>
Fundos Próprios	17.815.196	18.216.743
Requisitos de Fundos Próprios * 12,5 (**)	20.396.329	30.781.607
<b>Rácio de Adequação de Fundos Próprios</b>	<b>87,35%</b>	<b>59,18%</b>
Fundos próprios de base	17.682.024	18.038.370
Requisitos de Fundos Próprios * 12,5(**)	20.396.329	30.781.607
<b>Rácio de Adequação de Fundos Próprios de base</b>	<b>86,69%</b>	<b>58,60%</b>

\*Resultantes da aplicação do Aviso do Banco de Portugal nº 12/92

\*\* Decorrem da aplicação do Decreto-Lei nº 104/2007

### Indicadores de eficiência e Custos Operativos

No ano de 2009 o valor dos custos operativos continua a superar o produto bancário, assim como os custos com pessoal continuam a estar acima do produto bancário (145%).

A Sucursal encontra-se na sua fase de investimento inicial, pelo que a estrutura de custos continua a ser elevada face ao nível das receitas. É esperado ainda para 2010 e 2011 uma situação de desequilíbrio nestes rácios, contudo e segundo o orçamento para 2011, estima-se que a Sucursal atinja o "breakeven point".

O decréscimo registado no valor do produto bancário da sucursal é explicado essencialmente pela diminuição de rendimentos provenientes da remuneração das aplicações da sucursal, devido à quebra acentuada das taxas de juro.

<b>Rácios de Eficiência</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>
Custos operativos	1.797.928	1.174.951
Produto bancário (*)	625.059	815.882
<b>Custos operativos / Produto bancário (*)</b>	<b>288%</b>	<b>144%</b>
Custos com pessoal	909.383	506.348
<b>Custos com pessoal / Produto bancário (*)</b>	<b>145%</b>	<b>62%</b>

(\*) Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal

### Detalhe dos Custos Administrativos

<b>Custos Operativos</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>
Custos com o pessoal	909.383	506.348
Outros gastos administrativos	827.780	633.049
Amortizações	60.765	35.554
<b>Total</b>	<b>1.797.928</b>	<b>1.174.951</b>

## 6. Nota Final

A Gerência do Hyposwiss Private Bank, sucursal em Portugal, exprime ao Auditor e às Autoridades de Supervisão o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre demonstraram e manifesta o reconhecimento da confiança que os Clientes e Colaboradores depositaram na Sucursal.

Lisboa, 12 Março de 2010

A Gerência

---

Miguel Lopes Marques

---

Silvia Brito Leal

---

Simon Cole

---

Alexander Dimanow

## 7. Demonstrações Financeiras

### 7.1. Demonstração de Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e para o período de 7 meses findo em 31 de Dezembro de 2008

(valores expressos em Euros)

		Dez-09	Dez-08
	Notas		
Juros e rendimentos similares	4	1.075.781	1.494.214
Juros e encargos similares	4	(609.335)	(805.122)
<b>Margem Financeira</b>		<b>466.446</b>	<b>689.092</b>
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	5	184.807	145.494
Encargos com serviços e comissões	5	(7.235)	(2.676)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	4.487	4.277
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
Resultados de reavaliação cambial	7	23.116	8.265
Resultados de alienação de outros activos			
Outros resultados de exploração	8	(46.562)	(28.570)
<b>Produto Bancário</b>		<b>625.059</b>	<b>815.882</b>
Custos com o Pessoal	9	909.383	506.348
Gastos gerais administrativos	10	827.780	633.049
Depreciações e amortizações	11	60.765	35.554
Provisões líquidas de anulações	12	(21.042)	154.215
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores			
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(1.151.827)</b>	<b>(513.284)</b>
Impostos Correntes	13	(7.305)	(6.777)
Impostos Diferidos	13	271.672	124.835
<b>Resultado após impostos</b>		<b>(887.460)</b>	<b>(395.226)</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(887.460)</b>	<b>(395.226)</b>
Outro resultado integral do exercício		-	-
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>(887.460)</b>	<b>(395.226)</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência



## 7.2. Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(valores expressos em Euros)

Activo	Notas	31-Dez-09		31-Dez-08	
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	426.818	-	426.818	1.555.996
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	2.306.182	-	2.306.182	4.479.369
Activos financeiros detidos para negociação	16	57.414	-	57.414	21.094
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	17	54.851	-	54.851	53.973
Activos financeiros disponíveis para venda					
Aplicações em instituições de crédito	18	31.086.287	-	31.086.287	26.657.507
Crédito a clientes	19	13.636.730	-	13.636.730	19.879.077
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	20	415.019	174.742	240.277	327.468
Activos intangíveis	21	4.718	4.718	-	1.379
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-	-
Activos por impostos correntes		-	-	-	-
Activos por impostos diferidos	22	396.507	-	396.507	124.835
Outros activos	23	69.063	-	69.063	2.946.290
<b>Total do Activo</b>		<b>48.453.589</b>	<b>179.460</b>	<b>48.274.129</b>	<b>56.046.988</b>

Passivo	Notas	31-Dez-09		31-Dez-08	
Recursos de bancos centrais					
Passivos financeiros detidos para negociação	24		55.855	21.094	
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			-	-	
Recursos de outras instituições de crédito	25		10.940.488	22.821.982	
Recursos de clientes e outros empréstimos	26		15.602.302	9.770.124	
Responsabilidades representadas por títulos			-	-	
Passivos financeiros associados a activos transferidos			-	-	
Derivados de cobertura			-	-	
Passivos não correntes detidos para venda			-	-	
Provisões	27		133.172	154.215	
Passivos por impostos correntes	28		7.305	6.777	
Passivos por impostos diferidos			-	-	
Instrumentos representativos de capital			-	-	
Outros passivos subordinados			-	-	
Outros passivos	29		3.817.693	5.168.022	
<b>Total do Passivo</b>			<b>30.556.815</b>	<b>37.942.214</b>	

Capital Próprio					
Capital	30		19.000.000	18.500.000	
Prémios de emissão			-	-	
Outros instrumentos de capital			-	-	
Reservas de reavaliação			-	-	
Reserva de ajustamento cambial			-	-	
Outras reservas e resultados transitados			(395.226)	-	
Resultado do exercício			(887.460)	(395.226)	
(Dividendos antecipados)			-	-	
<b>Total do Capital Próprio</b>			<b>17.717.314</b>	<b>18.104.774</b>	
<b>Total do Passivo + Capital Próprio</b>			<b>48.274.129</b>	<b>56.046.988</b>	

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência

### 7.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e para o período de 7 meses findo em 31 de Dezembro de 2008

(valores expressos em Euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	Notas	Dez-09	Dez-08
<b>Resultado da Exploração</b>			
Resultado Líquido do exercício		(887.460)	(395.226)
Provisões do exercício		(21.042)	154.215
Amortizações do exercício		60.765	35.554
Impostos		(264.367)	(118.058)
		<b>(1.112.104)</b>	<b>(323.515)</b>
<b>Variações nos Activos e Passivos Operacionais</b>			
Aumento de empréstimos e aplicações em outras instituições de crédito		(20.295.711)	(3.017.792)
Aumento de activos financeiros detidos para negociação		(36.320)	(5.776)
Aumento/Diminuição de empréstimos a clientes		6.242.347	(1.045.299)
Aumento de outros activos		2.877.227	(28.337)
Aumento de recursos de outras instituições de crédito		(11.881.494)	5.076.665
Redução de recursos de clientes		5.832.178	(230.001)
Aumento passivos financeiros detidos para negociação		34.761	5.774
Aumento de outros passivos		(1.350.329)	877.511
Utilização provisões passivo		-	-
Amortizações		(60.765)	(35.554)
Impostos sobre o Rendimento		(6.778)	-
		<b>(18.644.884)</b>	<b>1.597.190</b>
<b>Fluxos das Actividades Operacionais</b>		<b>(19.756.988)</b>	<b>1.273.675</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Activos tangíveis		87.191	33.379
Activos intangíveis		1.379	918
Propriedades de investimento		-	-
Dividendos recebidos		-	-
		<b>88.570</b>	<b>34.297</b>
<b>Fluxos das Actividades de Investimento</b>		<b>88.570</b>	<b>34.297</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos distribuídos no exercício		-	-
Aquisição de obrigações		(878)	(53.973)
Passivos subordinados		-	-
Juros pagos de obrigações subordinadas		-	-
Aumento de Capital		500.000	-
<b>Fluxos das Actividades de Financiamento</b>		<b>499.122</b>	<b>(53.973)</b>
<b>Total</b>		<b>(19.169.296)</b>	<b>1.253.999</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		29.605.296	28.351.297
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>35</b>	10.436.000	29.605.296
<b>Total caixa e seus equivalentes</b>		<b>(19.169.296)</b>	<b>1.253.999</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência

#### 7.4. Demonstração de alterações do capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e para o período de 7 meses findo em 31 de Dezembro de 2008

(valores expressos em Euros)

	Notas	Capital	Reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total de Capitais Próprios
<b>Saldos em 01 de Junho de 2009</b>		18.500.000			18.500.000
Resultado do exercício				(395.226)	(395.226)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	30	18.500.000	0	(395.226)	18.104.774
Aumento de Capital		500.000			500.000
Outras reservas e resultados transitados				395.226	395.226
Resultado do exercício			(395.226)	(887.460)	(1.282.686)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>		19.000.000	(395.226)	(887.460)	17.717.314

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência

## **8. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009**

### **1. Nota Introdutória**

O Hyposwiss Private Bank Genève SA, sucursal em Portugal, foi constituído em Lisboa a 22 de Abril de 2008, tendo sido autorizada pelo Banco de Portugal em 23 de Maio de 2008. A sucursal então constituída assumiu em 1 de Junho de 2008 por operação de trespasse, a plenitude dos activos, obrigações e direitos com referência à actividade já desenvolvida pelo Anglo Irish Bank, Sucursal em Portugal (incluindo os direitos e obrigações contratuais assumidas pelo Anglo Portugal com terceiras entidades, tais como: clientes, fornecedores e colaboradores).

A sucursal tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços associadas ao Private Banking , designadamente em operações de crédito, operações nos mercados de títulos, serviços de consultoria e serviços de gestão de carteiras.

A empresa-mãe da Sucursal é o Hyposwiss Private Bank Genève SA, com sede em Rue des Alpes 7, Geneva, Suíça, o qual é detido em 100% pela instituição financeira St. Galler Kantonalbank, com sede, igualmente, na Suíça.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência da Sucursal em 12 de Março de 2010.

### **2. Políticas Contabilísticas**

#### **2.1. Bases de apresentação e comparabilidade**

As demonstrações financeiras individuais da sucursal referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal no seu Aviso nº 1/2005, que conjuntamente com o Decreto-Lei nº 35/2005 de 17 de Fevereiro procedem à transposição para a legislação portuguesa do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como:

- a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro e a valorimetria desta componente deverá ser efectuada de acordo com o disposto no Aviso nº 1/2005;

- o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação do IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tabela de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente; e
- os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas legais de reavaliação".

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Sucursal procedeu a uma avaliação das normas e interpretações (novas ou revistas) reflectidas nas demonstrações financeiras, sendo de referir com referência a 31 de Dezembro de 2009:

IAS 1 (revista) – Apresentação de demonstrações financeiras;

IAS 39 (Alterações) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração

IFRS 7 (Alterações) – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Relativamente à IAS 1 (revista), há a referir o facto de ter sido preparada a Demonstração do Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e para o período de 7 meses findo em 31 de Dezembro de 2008.

As seguintes normas, alterações e interpretações são obrigatórias para períodos contabilísticos com início a partir de 1 de Janeiro de 2009 mas que não são relevantes para a actividade da Sucursal:

IAS 23 (revista) – Custos de empréstimos obtidos;

IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação; intitulada de "Instrumentos Financeiros com uma opção de venda e obrigações decorrentes de uma liquidação"

IFRS 2 (Revista) – Pagamento com Base em Acções

IFRS 8 – Segmentos operacionais;

IFRIC 13 – Programas de Fidelidade do Cliente

IFRIC 14; IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e a sua interacção.

A Sucursal optou por não aplicar as normas contabilísticas, alterações e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória em 31 de Dezembro de 2009:

IAS 27 (Revista) – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

IAS 32 (Alterações) – Instrumentos financeiros: Apresentação; intituladas "Classificação das emissões de direitos"

IAS 39 (Alterações) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração; intituladas "Itens elegíveis para cobertura"

IFRS 1 (Alterações) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro;

IFRS 2 (Alterações) – Pagamento com Base em Acções

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais

IFRS 5 (Alterações) – Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

IFRS 9 (Novo) – Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração;

IFRIC 12 (Alterações) – Acordos de Concessão de Serviços

IFRIC 14 (Alterações) – Pagamentos antecipados de requisitos de financiamento mínimos

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira;

IFRIC 17 (Novo) – Distribuição aos proprietários de activos que não são caixa;

IFRIC 18 (Novo) – Transferência de activos provenientes de clientes

IFRIC 19 (Novo) – Extinção de Passivos Financeiros através de Instrumentos de Capital

A aplicação destas novas normas e interpretações não terão um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos de negociação.

As demonstrações financeiras da Sucursal foram ainda preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo as disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

O período findo em 31 de Dezembro de 2008 não é directamente comparável com o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, uma vez que o primeiro corresponde apenas a 7 meses de actividade.

## **2.2. Activos Financeiros**

Os activos financeiros são reconhecidos pela Sucursal na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

A Sucursal classifica os seus activos financeiros como activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e empréstimos e contas a receber. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção.

Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; e
- tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Sucursal ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Sucursal tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

### **2.2.1 Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados**

Esta categoria está subdividida em duas categorias: Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria, se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão. Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria, como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

Apenas podem ser considerados na opção de justo valor, os Activos e Passivos financeiros que cumpram um dos seguintes requisitos:

- Permite a redução de inconsistências significativas na mensuração, no caso em que derivados associados fossem tratados como detidos para negociação e os instrumentos financeiros subjacentes estiverem ao custo amortizado, tal como empréstimos e adiantamentos de clientes ou bancos e títulos de dívida;
- Alguns investimentos, tais como investimentos de capital, que são geridos e avaliados ao justo valor de acordo com a gestão do risco ou a estratégia de investimento e são reportados à gestão nessa base; e

- Instrumentos financeiros, como títulos de dívida detidos, contendo um ou mais derivados embutidos que modificam significativamente os fluxos de caixa, são designados pelo justo valor através de resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente ou em cada data de reporte, com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante de juros corridos e não pagos.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e o recebimento de dividendos para os activos de negociação e para os passivos ao justo valor. Os rendimentos de juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados estão registados na margem financeira.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor dos derivados que são geridos em conjunto com os activos e passivos financeiros designados são incluídos na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A sucursal adoptou o "Fair value option" para as obrigações do tesouro detidas em carteira própria, com o objectivo específico de constituírem penhor a favor do Sistema de Indemnização ao Investidor (SII), de acordo com o definido no Regulamento nº2/2000 da CMVM.

#### **2.2.2 Crédito e outros valores a receber**

A rubrica de crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pela sucursal, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais da Sucursal à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

#### **2.2.3 Provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito**

A Sucursal constitui provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito, de acordo com a actual versão do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

##### (i) Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão, apresentada no activo como dedução à rubrica Créditos a Clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de



capital ou juros. Conforme disposto pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, o montante a provisionar é função do período decorrido após o respectivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

(ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa são apresentadas no activo como dedução à rubrica Créditos a Clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativamente a créditos daquela natureza que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. São considerados nesta situação:

a) as prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

(i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

(ii) estarem em incumprimento há mais de:

seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos;

vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

b) os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicáveis aos créditos vencidos.

(iii) Provisão para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito apresentada no passivo na rubrica Provisões, cujo valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas nos avisos acima mencionados, é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente.

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões para riscos e encargos - outras provisões", e corresponde a 1,5% do total do crédito ao consumo não vencido e a 1% do total do crédito não vencido concedido pelo Banco, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga. Para créditos garantidos por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária quando o imóvel se destine a habitação do mutuário, a provisão a aplicar é de 0,5%. À base de cálculo desta provisão são deduzidos os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo, assim como as operações com instituições de crédito da zona A ou por elas garantidas.

## **2.3 Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados, conforme aplicável. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, no caso dos valores daí resultantes serem significativos.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

## **2.4. Reconhecimento de juros**

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de Juros e rendimentos similares ou Juros e encargos similares pelo princípio da especialização, sendo apurados com base no método *pro rata temporis*, excepto quando a diferença entre este método e o da taxa efectiva seja significativo, caso em que este último é utilizado.

## **2.5. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método financeiro.

## 2.6. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de Anos</u>
Obras em Imóveis Arrendados	10 anos
Mobiliário e material	8 anos
Instalações Interiores	10 anos
Outro equipamento	4 a 8 anos

## 2.7. Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a "software", encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas pelo método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra em 3 anos.

Os encargos com a manutenção de software são reconhecidos como custo quando incorridos.

A sucursal não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

## 2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de contratação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

A demonstração de fluxos de caixa foi efectuada tendo em conta as variações ocorridas entre 31 de Dezembro 2008 e o final do mês de Dezembro de 2009.

## **2.9. Offsetting**

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando a sucursal tem um direito legal de compensar valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

## **2.10. Transacções em moeda estrangeira**

A Sucursal regista as suas transacções em Euros encontrando-se as presentes demonstrações financeiras expressas na mesma moeda.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são os seguintes:

### **Posição cambial à vista**

- A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

### **Posição cambial a prazo**

- A posição cambial a prazo referente a cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas contratadas, que representam o proveito ou custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

### **2.11. Impostos sobre lucros**

A Sucursal está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada que, em 31 de Dezembro de 2009 era de 25% acrescida da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável.

A Sucursal regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

### **2.12. Relato por segmentos**

Um segmento de negócio é um componente identificável da sucursal, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

De acordo com a actividade desenvolvida pela sucursal, os elementos do balanço e demonstração de resultados são enquadráveis num único segmento de negócio " Private Banking" sendo principalmente desenvolvida no mercado nacional.

Um segmento geográfico é um componente identificável da Sucursal, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Sucursal opera na sua quase totalidade no mercado nacional, não sendo relevante a apresentação por segmento geográfico, visto que não existe uma componente identificável dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos ou benefícios diferenciáveis de outros.

### **2.13. Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Sucursal tem uma obrigação presente, legal e construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor da obrigação.

A 31 de Dezembro de 2009 não existiam acções contra a Sucursal ou qualquer outro tipo de obrigação que cumprissem com os 3 critérios necessários para a contabilização de provisões.

### **2.14. Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sucursal efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

#### **Provisões para crédito concedido**

A Sucursal apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito, adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

#### **Impostos diferidos**

A Sucursal reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base a legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais

alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

### Prémios

A Sucursal reconheceu um montante de prémios a pagar em 2010, relativos ao exercício de 2009, que se encontra devidamente reflectido nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2009.

## 3. Gestão de risco

A Gerência da Sucursal é responsável por definir os objectivos da actividade, princípios e políticas de gestão, bem como as estratégias de risco e assegurar que dispõe de uma estrutura adequada para a sua implementação.

Tendo em consideração o tipo de actividades que exerce, prestação de todos os serviços associados ao Private Banking, a exposição ao risco do Hyposwiss Private Bank Genève SA, sucursal em Portugal é de uma forma geral reduzido, sendo quase nulo nas principais categorias de risco financeiro conforme abaixo se discrimina.

No âmbito da sua actividade, a principal fonte de receitas da sucursal advém das comissões recebidas relativas à gestão de activos por contra de outrem e da aplicação da sua liquidez junto da sua sede.

### 3.1 Risco de crédito

O risco de crédito representa a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou da contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a sucursal no âmbito da sua actividade de concessão de crédito. O risco de crédito está essencialmente presente em produtos bancários tais como empréstimos, garantias e outros passivos contingentes.

### *Exposição máxima ao risco de crédito*

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado no quadro abaixo:

Tipo de instrumento financeiro	31-Dez-09			31-Dez-08		
	Valor contabilístico bruto	Provisões	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Provisões	Valor contabilístico líquido
<b>Patrimoniais:</b>						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.306.182	-	2.306.182	4.479.369	-	4.479.369
Activos financeiros detidos para negociação	57.414	-	57.414	21.094	-	21.094
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	54.851	-	54.851	53.973	-	53.973
Aplicações em Instituições de Crédito	31.086.287	-	31.086.287	26.657.507	-	26.657.507
Crédito a Clientes	13.636.730	-	13.636.730	19.879.077	-	19.879.077
	<b>47.141.464</b>	-	<b>47.141.464</b>	<b>51.091.020</b>	-	<b>51.091.020</b>
<b>Extrapatrimoniais:</b>						
Garantias Prestadas.	285.203	-	285.203	213.924	-	213.924
	<b>285.203</b>	-	<b>285.203</b>	<b>213.924</b>	-	<b>213.924</b>
	<b>47.426.667</b>	-	<b>47.426.667</b>	<b>51.304.944</b>	-	<b>51.304.944</b>

O quadro acima representa o pior cenário a nível de exposição da Sucursal a risco de crédito a 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição acima é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Como se pode observar no quadro acima, 65,55% e 51,96% do total da exposição máxima respectivamente para 2009 e 2008 corresponde à rubrica de aplicações em instituições de crédito. Estas aplicações são efectuadas na sede da sucursal e também numa Instituição de crédito nacional – Caixa Geral de Depósitos.

A segunda exposição máxima, é de 28,75% e 38,75% correspondente a crédito a clientes. A Gerência está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e manter uma exposição de 28,75% da sua carteira de clientes, baseando-se no facto de que 70% do montante de crédito a clientes tem garantias reais.

### ***Qualidade de crédito dos activos financeiros***

A Sucursal não dispõe de modelos de rating internos. Contudo, foram desenvolvidos critérios de concessão de crédito assim como políticas e procedimentos que permitem assegurar um nível de risco adequado à estrutura e dimensão da sucursal, sendo de salientar as seguintes:

- Todas as propostas de crédito são submetidas à avaliação pelo comité de crédito da sede em Genève, com aprovação prévia por parte da administração da sucursal Portuguesa;
- Gestão do risco de crédito pela obtenção de colaterais e garantias pessoais ou empresariais;
- Após aprovação, a performance do crédito é monitorizada constantemente permitindo a identificação de aumento da exposição;
- Existência de uma *watch list* que integra os clientes que, por diferentes razões e não necessariamente por experiência de incumprimentos – tem a sucursal (em conjunto com a casa mãe) por justificado merecedores de especial atenção e monitorização.

### ***Colaterais***

A sucursal utiliza uma diversidade de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias e colaterais aquando de adiantamento de fundos. Os principais tipos de colateral para crédito e valores a receber são a hipoteca de bens imóveis, o penhor de instrumentos financeiros e de depósitos a prazo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, o justo valor das garantias e colaterais aceites, pode ser analisado conforme se segue:



<b>Tipo de Garantia</b>	<b>31-Dez-09</b>	<b>31-Dez-08</b>
Contragarantias e avals	-	3.545.495
Garantias hipotecárias	21.650.000	13.490.000
Penhor de títulos	4.061.669	3.181.269
Depósito a prazo	1.725.000	1.121.000

### ***Concentração Sectorial***

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	<b>31-Dez-09</b>	<b>31-Dez-08</b>
Promoção imobiliária; construção de edifícios	1.525.285	3.414.168
Actividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	-	280.000
Agricultura	4.894.684	6.534.883
Comércio por grosso, excepto de veículos automóveis e motociclos	498.114	470.128
Restauração e similares	-	14.856
Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	1.503.532	-
Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins;	-	3.404.691
Actividades imobiliárias	2.502.903	2.502.254
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	21.565	21.120
Outras actividades de serviços	2.690.648	3.236.977
	<b>13.636.730</b>	<b>19.879.077</b>

### **3.2 Risco de mercado**

O risco de mercado define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado surge na medida em que a Sucursal pode deter na sua carteira instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado, que possam surgir como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que possam afectar todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado inerente à carteira de valores mobiliários detidas pela Sucursal não é relevante, na medida em contém apenas obrigações do tesouro adquiridas para fazer face a requisitos do Sistema de Indemnização ao Investidor (SII).

### **3.3 Risco cambial**

O Risco cambial define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocada por alterações de preço de instrumentos que correspondem a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da instituição devida a variações significativas das taxas de câmbio.

A sucursal encontra-se exposta a um risco cambial reduzido, uma vez que 99,03% e 98,72% dos activos e 98,47% e 98,11% dos passivos, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 são denominados em Euros. Os activos e passivos denominados noutras moedas são acompanhados através de controlo diário.

O contravalor, em euros, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2009, decompõe-se como segue:

Activo	Euros	Dolar Norte Americano	Franco Suiço	Libra Esterlina	lenc	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	426.818	0	0	0	0	426.818
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.840.429	194.257	0	271.496	0	2.306.182
Activos financeiros detidos para negociação	57.414	0	0	0	0	57.414
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	54.851	0	0	0	0	54.851
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	31.086.287	0	0	0	0	31.086.287
Crédito a clientes	13.636.721	9	0	0	0	13.636.730
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0	0
Activos com acordo de recompra	0	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0
Propriedades de investimento	0	0	0	0	0	0
Outros activos tangíveis	240.277	0	0	0	0	240.277
Activos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0	0
Activos por impostos correntes	0	0	0	0	0	0
Activos por impostos diferidos	396.507	0	0	0	0	396.507
Outros activos	67.291	1.557	82	133	0	69.063
<b>Total do Activo</b>	<b>47.806.594</b>	<b>195.823</b>	<b>82</b>	<b>271.629</b>	<b>0</b>	<b>48.274.129</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	-55.855	0	0	0	0	-55.855
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	-10.940.488	0	0	0	0	-10.940.488
Recursos de clientes e outros empréstimos	-15.135.915	-195.060	0	-271.326	0	-15.602.302
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0
Provisões	-133.172	0	0	0	0	-133.172
Passivos por impostos correntes	-7.305	0	0	0	0	-7.305
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	0
Instrumentos representativos de capital	0	0	0	0	0	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	-3.816.600	-711	-82	-299	0	-3.817.693
<b>Total do Passivo</b>	<b>-30.089.336</b>	<b>-195.771</b>	<b>-82</b>	<b>-271.625</b>	<b>0</b>	<b>-30.556.815</b>
<b>Exposição Líquida</b>		<b>52</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>56</b>

O contravalor, em euros, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2008, decompõe-se como segue:

Activo	Euros	Dolar Norte Americano	Franco Suíço	Libra Esterlina	Iene	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.555.996	0,00	0,00	0,00	0,00	1.555.996
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.384.204	81.404	13.587	174	0,00	4.479.369
Activos financeiros detidos para negociação	21.032	62	0	0	0	21.094
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	53.973	0	0	0	0	53.973
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	26.579.568	77.939	0	0	0	26.657.508
Crédito a clientes	19.335.109	9.360	0	534.607	0	19.879.076
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0	0	0
Activos com acordo de recompra	0	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0
Propriedades de investimento	0	0	0	0	0	0
Outros activos tangíveis	327.468	0	0	0	0	327.468
Activos intangíveis	1.379	0	0	0	0	1.379
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0	0
Activos por impostos correntes	0	0	0	0	0	0
Activos por impostos diferidos	124.835	0	0	0	0	124.835
Outros activos	2.945.737	404	0	148	0	2.946.289
<b>Total do Activo</b>	<b>55.329.301</b>	<b>169.170</b>	<b>13.587</b>	<b>534.929</b>	<b>0</b>	<b>56.046.987</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	-21.032	-62	0	0	0	-21.094
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	-22.288.357	0	0	-533.625	0	-22.821.982
Recursos de clientes e outros empréstimos	-9.610.896	-159.085	0	-144	0	-9.770.125
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0
Provisões	-154.215	0	0	0	0	-154.215
Passivos por impostos correntes	-6.777	0	0	0	0	-6.777
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	0
Instrumentos representativos de capital	0	0	0	0	0	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	-5.142.172	-11.102	-13.587	-1.160	0	-5.168.021
<b>Total do Passivo</b>	<b>-37.223.448</b>	<b>-170.249</b>	<b>-13.587</b>	<b>-534.929</b>	<b>0</b>	<b>-37.942.214</b>
Exposição Líquida		-1.079	0	0	0	-1.079

### 3.4 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro consiste na probabilidade de ocorrência de perdas devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição. Dada a estrutura de balanço da sucursal, verifica-se que este risco é praticamente nulo ou inexistente.

### Decomposição do balanço remunerado da sucursal

	31-Dez-09		31-Dez-08	
	Montante	%	Montante	%
Activo remunerado	45.204.686	93,64%	48.146.553	85,90%
Activo não remunerado	3.069.443	6,36%	7.900.435	14,10%
<b>Total de Activo</b>	<b>48.274.129</b>	<b>100,00%</b>	<b>56.046.988</b>	<b>100,00%</b>
Passivo remunerado	22.219.972	60,70%	28.165.322	74,23%
Passivo não remunerado	14.386.159	39,30%	9.776.892	25,77%
<b>Total de Passivo</b>	<b>36.606.131</b>	<b>100,00%</b>	<b>37.942.214</b>	<b>100,00%</b>

Os activos remunerados correspondem a aplicações junto da sede, Caixa Geral de Depósitos e a crédito concedido a clientes e encontram-se relacionados com os passivos remunerados que correspondem a depósitos da sede junto da sucursal e a depósitos a prazo de clientes.

Para todas as operações activas (crédito concedido) e passivas (constituição de depósitos a prazo) contratadas com clientes, a Sucursal procede à cobertura do risco de taxa de juro através da contratação

de uma operação semelhante (no que respeita ao montante e datas de vencimento ou de próxima revisão da taxa de juro) junto da Casa-Mãe ou da Caixa Geral de depósitos, sendo o diferencial que se verifica entre as taxas contratadas com o Clientes e com as instituições referidas correspondente ao *spread* aplicado. A diferença entre os activos remunerados e os passivos remunerados ascende a cerca de 23.000.000, os quais incluem a aplicação efectuada junto da casa mãe e Caixa Geral de Depósitos respeitante ao valor do capital, o qual não tem correspondência no passivo.

A tabela abaixo apresenta a sensibilidade da Sucursal ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, sendo que os prazos apresentados correspondem ao prazo residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações.

### 31 de Dezembro de 2009

	A 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Sem Rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	426.818	-	-	-	-	-	426.818
Disponibilidades em IC's	-	-	-	-	-	2.306.182	2.306.182
Aplicações em IC's	7.942.198	2.280.236	20.863.853	-	-	-	31.086.287
Crédito a Clientes	6.195.850	3.303.389	2.137.298	2.000.194	-	-	13.636.730
	<b>14.564.865</b>	<b>5.583.625</b>	<b>23.001.151</b>	<b>2.000.194</b>	-	<b>2.306.182</b>	<b>47.456.017</b>
Recursos de IC's	1.082.825	7.357.152	500.375	2.000.137	-	-	10.940.488
Recursos de clientes	1.091.191	2.279.145	1.859.832	-	-	10.372.134	15.602.302
	<b>2.174.015</b>	<b>9.636.297</b>	<b>2.360.207</b>	<b>2.000.137</b>	-	-	<b>26.542.790</b>
Gap de taxa de juro	<b>12.390.850</b>	<b>(4.052.671)</b>	<b>20.640.943</b>	<b>57</b>	-	<b>(8.065.952)</b>	<b>20.913.227</b>
Gap de taxa de juro acumulado	<b>12.390.850</b>	<b>8.338.179</b>	<b>28.979.122</b>	<b>28.979.179</b>	<b>28.979.179</b>	<b>20.913.227</b>	

### 31 de Dezembro de 2008

	A 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Sem Rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.555.996	-	-	-	-	-	1.555.996
Disponibilidades em IC's	-	-	-	-	-	4.479.369	4.479.369
Aplicações em IC's	5.372.931	18.849.000	2.054.000	300.000	-	-	26.575.931
Crédito a Clientes	6.185.573	3.427.180	6.507.000	1.200.000	2.280.000	-	19.599.752
	<b>13.114.500</b>	<b>22.276.180</b>	<b>8.561.000</b>	<b>1.500.000</b>	<b>2.280.000</b>	<b>4.479.369</b>	<b>52.211.049</b>
Recursos de IC's	4.350.387	4.227.180	9.487.000	2.200.000	2.280.000	-	22.544.567
Recursos de clientes	2.572.931	349.000	2.054.000	300.000	-	4.426.784	9.702.716
	<b>6.923.319</b>	<b>4.576.180</b>	<b>11.541.000</b>	<b>2.500.000</b>	<b>2.280.000</b>	<b>4.426.784</b>	<b>32.247.283</b>
Gap de taxa de juro	<b>6.191.181</b>	<b>17.700.000</b>	<b>(2.980.000)</b>	<b>(1.000.000)</b>	-	<b>52.585</b>	<b>19.963.766</b>
Gap de taxa de juro acumulado	<b>6.191.181</b>	<b>23.891.181</b>	<b>20.911.181</b>	<b>19.911.181</b>	<b>19.911.181</b>	<b>19.963.766</b>	

### 3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efectuado em condições razoáveis.

Analisando-se a estrutura de balanço da sucursal, verifica-se que os níveis de liquidez da sucursal são adequados aos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos.

Os quadros seguintes apresentam o balanço, no final do mês de Dezembro de 2009 e 2008, com as principais classes agrupadas por prazos de vencimento residuais. De acordo com as alterações do IFRS 7 – Instrumentos Financeiros – Divulgações, foram incluídos os cash flows totais previstos (juros totais). Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

### 31 de Dezembro de 2009

	À vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem classificação	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	426.818	-	-	-	-	-	426.818
Disponibilidades em IC's	2.306.182	-	-	-	-	-	2.306.182
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	54.851	-	-	54.851
Aplicações em IC's	-	10.228.620	20.990.100	-	-	-	31.218.720
Crédito a Clientes	6.195.850	3.311.000	2.151.572	2.035.288	-	-	13.693.710
Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	13	10.326	17.211	30.057	-	11.456	69.063
	<b>8.928.863</b>	<b>13.549.947</b>	<b>23.158.883</b>	<b>2.120.196</b>	<b>-</b>	<b>11.456</b>	<b>47.769.344</b>
Recursos de IC's	20	8.443.878	502.528	2.024.873	-	-	10.971.299
Recursos de clientes	10.372.134	3.375.367	1.868.896	-	-	-	15.616.397
Outros passivos	-	32.895	231.243	7.435	-	3.544.494	3.817.693
	<b>10.372.154</b>	<b>11.852.140</b>	<b>2.602.667</b>	<b>2.032.308</b>	<b>-</b>	<b>3.544.494</b>	<b>30.403.763</b>
Gap de liquidez	<b>(1.443.291)</b>	<b>1.697.807</b>	<b>20.556.216</b>	<b>87.887</b>	<b>-</b>	<b>(3.533.038)</b>	<b>17.365.581</b>
Gap de liquidez acumulado	<b>(1.443.291)</b>	<b>254.516</b>	<b>20.810.732</b>	<b>20.898.619</b>	<b>20.898.619</b>	<b>17.365.581</b>	

	À vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem classificação	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	57.414	-	-	-	-	57.414
	<b>-</b>	<b>57.414</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.414</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	-	55.855	-	-	-	-	55.855
	<b>-</b>	<b>55.855</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>55.855</b>
Gap de liquidez	-	1.558	-	-	-	-	1.558
Gap de liquidez acumulado	-	1.558	1.558	1.558	1.558	1.558	

### 31 de Dezembro de 2008

	À vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem classificação	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	426.818	-	-	-	-	-	426.818
Disponibilidades em IC's	2.306.182	-	-	-	-	-	2.306.182
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	54.851	-	-	54.851
Aplicações em IC's	-	10.228.620	20.990.100	-	-	-	31.218.720
Crédito a Clientes	6.195.850	3.311.000	2.151.572	2.035.288	-	-	13.693.710
Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	13	10.326	17.211	30.057	-	11.456	69.063
	<b>8.928.863</b>	<b>13.549.947</b>	<b>23.158.883</b>	<b>2.120.196</b>	<b>-</b>	<b>11.456</b>	<b>47.769.344</b>
Recursos de IC's	20	8.443.878	502.528	2.024.873	-	-	10.971.299
Recursos de clientes	10.372.134	3.375.367	1.868.896	-	-	-	15.616.397
Outros passivos	13	34.508	231.243	7.435	-	3.544.494	3.817.693
	<b>10.372.167</b>	<b>11.853.753</b>	<b>2.602.667</b>	<b>2.032.308</b>	<b>-</b>	<b>3.544.494</b>	<b>30.405.389</b>
Gap de liquidez	<b>(1.443.304)</b>	<b>1.696.194</b>	<b>20.556.216</b>	<b>87.887</b>	<b>-</b>	<b>(3.533.038)</b>	<b>17.363.955</b>
Gap de liquidez acumulado	<b>(1.443.304)</b>	<b>262.890</b>	<b>20.809.106</b>	<b>20.896.993</b>	<b>20.896.993</b>	<b>17.363.955</b>	

	À vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem classificação	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	21.094	-	-	-	-	21.094
	<b>-</b>	<b>21.094</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.094</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	-	21.094	-	-	-	-	21.094
	<b>-</b>	<b>21.094</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.094</b>
Gap de liquidez	-	(0)	-	-	-	-	(0)
Gap de liquidez acumulado	-	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	

As datas dos montantes contratuais dos instrumentos financeiros fora de Balanço da Sucursal que a comprometem a estender o crédito a clientes e outras facilidades, analisam-se como segue:

### 31 de Dezembro de 2009

	Até 3 meses	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compromissos					
Créditos revogáveis	1.303.457	30.000	-	-	1.333.457

## 31 de Dezembro de 2008

	Até 3 meses	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compromissos					
Créditos revogáveis	49.152	-	826.854	-	876.005

### 3.6 Risco operacional

O risco operacional advém da eventualidade de perdas originadas por falhas na adopção e execução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por acontecimentos externos à sucursal. A referida probabilidade de perda pode decorrer de falhas de análise, processamento ou liquidação de operações, de fraudes internas ou externas, da inoperacionalidade das infra-estruturas, da utilização de recursos em regime de outsourcing e da insuficiência ou inadequação dos recursos humanos.

Foram desenvolvidos pela sucursal políticas e procedimentos com o objectivo de monitorizar e controlar o risco operacional, dispondo de um sistema de controlo interno adaptado à sua estrutura e dimensão, sujeito ao controlo da auditoria interna do grupo.

O sistema bancário principal é providenciado pelo prestador de serviços da sede, o Credit Agricole (Suisse) S.A.

Este sistema informático é também utilizado por outras instituições bancárias ou financeiras, designadamente pela filial do Credit Agricole no Luxemburgo, o que atesta a conformidade deste sistema com a legislação comunitária, nomeadamente com a Directiva n.º 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF). Este sistema informático é também certificado através de relatório sobre tratamento das operações pelo serviço de organizações no âmbito do SAS 70.

Adicionalmente, refere-se ainda que este sistema está devidamente segregado daquele que é utilizado por outras entidades, incluindo a sede, sendo contudo possível obter informação financeira, com vista à preparação de relatórios consolidados para cumprimento dos deveres de informação decorrentes da lei Suíça. O referido sistema (designado "S2i") é um sistema devidamente integrado de gestão de investimentos e permite aceder aos seguintes serviços:

- Contabilidade e prestação de informação a clientes;
- Ferramentas de gestão de investimentos;
- Compra e venda de valores mobiliários;
- Depósitos e empréstimos;

- Serviços de back-office relativos a valores e garantias, transferências, contabilidade de custódia (custody accounting) e eventos societários;
- Gestão de tesouraria e câmbio;
- Contabilidade da Sucursal; e
- Ferramentas de cumprimento das exigências legais e regulamentares, incluindo uma completa base de dados dos clientes no âmbito do procedimento KYC ("know your customer")

O sistema foi concebido para que, além da existência de um relacionamento com um dos maiores bancos portugueses, o Banco Comercial Português, o qual providencia a ligação com os sistemas de pagamento e compensação portugueses, a sede é o único intermediário, corretor e depositário. Consequentemente, a maioria das actividades de gestão de investimentos e client banking, bem como os correspondentes riscos operacionais estarão sob o controlo da casa-mãe. Os riscos de mercado e operacionais são, assim, transferidos da Sucursal para a sua sede na Suíça.

### **3.7 Gestão do capital**

Os fundos próprios da Sucursal são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto nos Avisos nº 12/92 e nº 4/2007 do Banco de Portugal. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2).

Os fundos próprios de base integram o capital alocado à Sucursal, com a dedução dos resultados negativos do exercício, os activos intangíveis e os impostos diferidos associados às provisões para riscos gerais de crédito.

Os fundos próprios complementares englobam as provisões para riscos gerais de crédito.

Os requisitos de fundos próprios foram determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, com utilização do método padrão.

	31-Dez-09	31-Dez-08
<b><i>Fundos Próprios de Base</i></b>		
Capital realizado	19.000.000	18.500.000
Resultados transitados do exercício anterior	-395.226	-
Resultados negativos do exercício	-887.460	-395.226
Activos intangíveis	0	-1.379
Impostos diferidos associados às provisões para riscos gerais de crédito	-35.290	-40.867
	<b>17.682.024</b>	<b>18.062.528</b>
<b><i>Fundos Próprios Complementares</i></b>		
Upper Tier 2	133.172	154.215
Lower Tier 2	-	-
	<b>133.172</b>	<b>154.215</b>
<b><i>Fundos Próprios Totais</i></b>	<b>17.815.196</b>	<b>18.216.743</b>
<b><i>Requisitos de Fundos Próprios</i></b>		
Requisitos exigidos pelo Aviso 5/2007	<b>1.631.706</b>	<b>2.462.529</b>
<b><i>Rácios de Solvabilidade</i></b>	<b>87,35%</b>	<b>59,18%</b>



#### 4. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Dez-09	Dez-08
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros e rendimentos – disponibilidades mínimas – BdP	6.985	11.426
Juros e rendimentos – depósitos à ordem	2.560	1.459
Juros e rendimentos – depósitos a prazo – CGD	218.183	-
Juros e rendimentos – depósitos a prazo – sede	279.747	749.552
Juros e rendimentos – depósitos a prazo – outras instituições de crédito	-	85.531
Juros e rendimentos – empréstimos de clientes	503.555	565.439
Juros e rendimentos – descobertos em depósitos à ordem	62.251	79.841
Juros de outros activos financeiros ao justo valor	2.500	966
	<b>1.075.781</b>	<b>1.494.214</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros e encargos – depósitos de clientes	154.984	245.197
Juros e Encargos – Empréstimo – Geneve	454.351	559.925
	<b>609.335</b>	<b>805.122</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>466.446</b>	<b>689.092</b>

#### 5. Resultado de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Dez-09	Dez-08
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Garantias e avals	1.983	150
Depósito e guarda de valores	7.971	49.163
Transferência de títulos	250	-
Administração de valores	8.919	10.956
Transferência de valores	4.725	2.188
Outros serviços prestados	5.560	510
Operações realizadas com títulos	151.169	73.105
Outras comissões realizadas por conta de terceiros	4.230	9.422
	<b>184.807</b>	<b>145.494</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Depósito e guarda de valores	1.010	2
Encargos com serviços e comissões	5.745	2.662
Operações realizadas com títulos	480	12
	<b>7.235</b>	<b>2.676</b>
<b>Resultados de Serviços e Comissões</b>	<b>177.572</b>	<b>142.818</b>

## 6. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	Dez-09	Dez-08
Lucros em instrumentos derivados - operações a prazo - divisas	25.346	133.090
Dívida pública portuguesa	878	1.533
Prejuízos em instrumentos derivados - operações a prazo - divisas	-21.737	-130.346
<b>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</b>	<b>4.487</b>	<b>4.277</b>

## 7. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	Dez-09	Dez-08
<b>Lucros em operações de reavaliação cambial</b>		
Outros itens em moeda estrangeira	24.054	23.164
	<b>24.054</b>	<b>23.164</b>
<b>Prejuízos em operações de reavaliação cambial</b>		
Outros itens em moeda estrangeira	938	14.899
	<b>938</b>	<b>14.899</b>
<b>Resultados de reavaliação cambial</b>	<b>23.116</b>	<b>8.265</b>

## 8. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Dez-09	Dez-08
Rendimentos da prestação de serviços diversos	129	198
Outros	-	31
Donativos e Quotizações	-150	-
FGD	-17.500	-
SII	0	-
Perdas Realizadas	-27.805	-
Impostos	-1.236	-28.799
<b>Outros resultados de exploração</b>	<b>-46.562</b>	<b>-28.570</b>

A rubrica de Impostos em 31 de Dezembro de 2008 inclui o valor de imposto do selo devido na operação de trespasse de activos e passivos ocorrida entre o Anglo Irish Bank, sucursal em Portugal e o Hyposwiss Private Bank, Sucursal em Portugal.

A rubrica de perdas realizadas em 31 de Dezembro de 2009 está inteiramente relacionada com a mudança de instalações no escritório do Porto. O montante diz respeito ao valor remanescente do investimento inicial em obras e melhorias do anterior escritório as quais foram sujeitas a abate.

## 9. Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Dez-09	Dez-08
Remunerações órgão gestão	190.637	88.587
Remuneração de empregados	523.945	286.982
Encargos relativos a remunerações	147.061	97.405
Outros custos com pessoal	47.740	33.374
<b>Total de custos com pessoal</b>	<b>909.383</b>	<b>506.348</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o efectivo de trabalhadores ao serviço da sucursal, distribuído por categorias profissionais, foi o seguinte:

	Dez-09	Dez-08
Direcção	2	2
Comercial	4	4
Específicas / Técnicas	1	4
Outras funções	2	3
	<b>9</b>	<b>13</b>

No âmbito do processo de reestruturação referido no ponto 2.2, do Relatório de Gestão, a Sucursal no decorrer de 2009, levou a cabo um processo de despedimento colectivo determinado por motivos económicos e estruturais. No decorrer deste processo foram abrangidos dois colaboradores, tendo um destes aceite por mútuo acordo as condições propostas pelo Hyposwiss. Contudo, o segundo elemento interpôs uma acção contra a Sucursal, por não concordância com os factos apresentados pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2009, o processo encontrava-se na sua fase inicial. A petição inicial foi comunicada pelo antigo colaborador e o Hyposwiss contestou em meados de Janeiro de 2010. Tendo em consideração que a Gerência aguarda desenvolvimentos do processo por parte do Tribunal, é prematuro prever o desfecho do processo Judicial. Assim e conforme referido na nota 29, apenas se encontra registado em Outros passivos o montante de indemnização e acerto de contas pago a este colaborador, o qual foi por ele devolvido à Sucursal. A Gerência conclui que não existem bases que justifiquem o registo adicional de outro passivo.

Os restantes dois elementos que perfazem o decréscimo de pessoal, dizem respeito a uma saída por reforma a qual também por motivos económicos e estruturais não foi efectuada a sua substituição e a um mútuo acordo.

## 10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Dez-09	Dez-08
Suporte informático	300.000	214.106
Rendas e alugueres	232.655	140.959
Deslocações, estadas e representação	46.913	56.279
Fundo Garantia Depósitos	-	50.000
Avenças e honorários	96.455	55.108
Consultores e auditores externos	39.869	32.003
Comunicações	53.359	31.876
SIBS	15.669	5.488
Material de consumo corrente	9.629	14.235
Outros Valores < 10.000	33.231	32.995
<b>Total de Outros gastos administrativos</b>	<b>827.780</b>	<b>633.049</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 o montante respeitante ao Fundo de garantia depósitos que ascende a 17.500 foi reclassificado para a rubrica de outros resultados de exploração – nota 8.

## 11. Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	Dez-09	Dez-08
Imóveis	20.041	11.691
Equipamento	20.957	12.220
Outros activos tangíveis	18.388	10.726
Activos intangíveis	1.379	917
<b>Total de amortizações</b>	<b>60.765</b>	<b>35.554</b>

## 12. Provisões líquidas de anulações

O valor desta rubrica é composto por:

	Dez-09	Dez-08
<b>Dotação do exercício</b>		
Crédito por desembolso	9.968	185.630
Crédito por assinatura	879	2.283
<b>Reversão do exercício</b>		
Crédito por desembolso	-31.723	-33.555
Crédito por assinatura	-166	-143
<b>Total de provisões</b>	<b>-21.042</b>	<b>154.215</b>

### 13. Impostos sobre os lucros

	31-Dez-09	31-Dez-08
Apuramento do Imposto sobre o rendimento		
Resultado antes de impostos	-1.151.827	-513.284
Prémios de seguros não aceites como custo	11.672	5.921
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	27.805	0
Provisões não aceites fiscalmente	10.847	154.215
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor	24.375	17.156
Outros montantes não aceites como custo	26	118
	<u>-1.077.102</u>	<u>-335.874</u>
Rendimento tributável		
Imposto sobre o rendimento (1)	0	0
Despesas tributadas autonomamente (2)	7.934	6.906
Imposto sobre o rendimento (1) + (2)	<u>7.934</u>	<u>6.906</u>

#### Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço:

Imposto sobre o rendimento		
- Reconhecimento como custo no exercício (1) + (2)	7.934	6.906
- Menos: Pagamentos por conta e especial por conta	0	0
- Menos: Retenções na fonte	629	129
- Saldo corrente a (pagar)/ receber (ver Nota 28)	<u>-7.305</u>	<u>-6.777</u>

O pagamento dos impostos correntes relativo a tributações autónomas é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam (oito anos no caso da Segurança Social), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção-Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diferente do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião da Gerência da Sucursal, não é previsível que venha a ser efectuada qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, que seja significativa para as demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

	31-Dez-09	31-Dez-08
<b>Impostos diferidos</b>		
Activos		
Provisão para riscos gerais de crédito	35.291	40.867
Reporte de prejuízos	361.216	83.968
	<u>396.507</u>	<u>124.835</u>
Passivos	-	-
<b>Registados por contrapartida de :</b>		
Resultado do exercício	271.672	124.835

Os impostos diferidos registados em balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram calculados com a taxa de 26.5%, com excepção do imposto respeitante ao reporte de prejuízos fiscais para o qual foi utilizada uma taxa de 25% (pelo facto de não incidir derrama sobre este montante, já que o valor da derrama a pagar ao Estado é calculado sobre o lucro tributável).

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes:

Exercício	Reporte de prejuízos	Data limite para utilização
2008	83.968	2014
2009	361.216	2015

#### 14. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Caixa	1.140	-
Disponibilidades em bancos centrais	425.678	1.555.996
<b>Total</b>	<b><u>426.818</u></b>	<b><u>1.555.996</u></b>

Esta rubrica é composta pelo saldo junto do Banco de Portugal. O referido saldo visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo médio em

depósito no Banco de Portugal, equivalente ou superior a 2% sobre o montante final de cada mês dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

## 15. Disponibilidades em outras instituições de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Em instituições de crédito no país	397.262	330.310
Em instituições de crédito no estrangeiro	1.908.920	4.149.059
<b>Total</b>	<b>2.306.182</b>	<b>4.479.369</b>

## 16. Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Instrumentos derivados de negociação (activos)	57.414	21.094

A carteira de negociação é registada ao valor de mercado, sendo as flutuações de justo valor reconhecidas em resultados do exercício, conforme definido na política contabilística 2.2.1.

A carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor	
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Activo	Passivo
<b>Derivados Cambiais</b>					
Currency Forward - Mercado de Balcão	4.555.232	-	-	57.414	55.855

A carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2008 é a seguinte:

	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor	
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Activo	Passivo
<b>Derivados Cambiais</b>					
Currency Forward - Mercado de Balcão	2.318.465	-	-	21.094	21.094

## 17. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Instrumentos de dívida pública portuguesa	54.851	53.973
	<b>54.851</b>	<b>53.973</b>

A decomposição da carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2009 pode ser analisada como segue:

	<b>Quantidade</b>	<b>Valor nominal</b>	<b>Valor de aquisição</b>	<b>Valias</b>	<b>Juros corridos</b>	<b>Valor de Balanço</b>
Obrigações do Tesouro	5.000.000	0,01	51.077	2.411	1.363	54.851

Em 31 de Dezembro de 2008, decomposição da carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados pode ser analisada como segue:

	<b>Quantidade</b>	<b>Valor nominal</b>	<b>Valor de aquisição</b>	<b>Valias</b>	<b>Juros corridos</b>	<b>Valor de Balanço</b>
Obrigações do Tesouro	5.000.000	0,01	51.077	1.533	1.363	53.973

## 18. Aplicações em instituições de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>31-Dez-09</b>	<b>31-Dez-08</b>
Aplicações em instituições de crédito no país	24.146.000	-
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	6.909.000	26.575.931
Rendimentos a receber - instituições de crédito no país	28.008	-
Rendimentos a receber - sede e sucursais da própria instituição	3.279	81.576
<b>Total</b>	<b>31.086.287</b>	<b>26.657.507</b>

Esta rubrica é composta exclusivamente com operações efectuadas com a sede.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	<b>31-Dez-09</b>	<b>31-Dez-08</b>
À vista e até 1 mês	7.942.198	5.385.338
Superior a 1 mês e até 3 meses	2.280.236	18.851.392
Superior a 3 meses e até 12 meses	20.863.853	2.420.777
<b>Total</b>	<b>31.086.287</b>	<b>26.657.507</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 estas aplicações (na sua maioria em euros) são remuneradas a taxas de juro que variam respectivamente entre 2,15% e 0,26% e entre 5,42% e 1,50%, dependendo da data de constituição e da maturidade contratada.



## 19. Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Crédito com garantias reais	9.528.612	11.643.353
Crédito com outras garantias	-	3.350.000
Crédito sem garantias	4.086.238	4.606.400
	<b>13.614.850</b>	<b>19.599.753</b>
Rendimentos a receber	21.880	279.324
	<b>13.636.730</b>	<b>19.879.077</b>
Provisões para crédito e juros vencidos	-	-
	<b>13.636.730</b>	<b>19.879.077</b>

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	31-Dez-09	31-Dez-08
<i>Curto Prazo</i>		
Descobertos	6.195.850	2.235.572
Empréstimos	5.405.592	15.362.992
<i>Médio e longo prazo</i>		
Empréstimos	2.035.288	2.280.514
	<b>13.636.730</b>	<b>19.879.078</b>

## 20. Outros activos tangíveis

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Obras em imóveis arrendados	144.004	184.202
Mobiliário e material	122.840	122.841
Máquinas e ferramentas	10.917	10.917
Equipamento informático	12.688	12.688
Instalações interiores	30.326	30.326
Equipamento de segurança	19.907	19.907
Outro equipamento	74.337	74.337
<b>Total activos tangíveis</b>	<b>415.019</b>	<b>455.218</b>
Amortizações obras em imóveis arrendados	50.711	43.063
Amortizações equipamento	65.922	44.965
Amortizações mobiliário	58.109	39.722
<b>Total amortizações tangíveis</b>	<b>174.742</b>	<b>127.750</b>
<b>Total líquido</b>	<b>240.277</b>	<b>327.468</b>

O montante das amortizações acumuladas inclui as amortizações efectuadas entre 1 de Novembro de 2006 e 31 de Maio de 2008, efectuadas na esfera do Anglo Irish Bank, sucursal em Portugal. Aquando da operação de trespasse os activos líquidos avaliados ao justo valor passaram para a esfera do Hyposwiss Private Bank, contudo, e por forma a manter-se o histórico dos montantes amortizados, o critério utilizado e o prazo remanescente para efeitos de amortização, foi decidida a manutenção e continuação do saldo das amortizações acumuladas.

O decréscimo de 40.198 referente à rubrica de obras em imóveis arrendados, deveu-se ao abandono dos bens referente à mudança de instalações do escritório do Porto e ao facto de os elementos abandonados não serem removíveis ou de perderem a sua utilização funcional se removidos.

## 21. Activos intangíveis

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	539	539
Outros activos intangíveis	4.179	4.179
<b>Total activos intangíveis</b>	<b>4.718</b>	<b>4.718</b>
Amortizações activos intangíveis	4.718	3.339
<b>Total amortizações intangíveis</b>	<b>4.718</b>	<b>3.339</b>
<b>Total líquido</b>	<b>-</b>	<b>1.379</b>

O valor registado em outros activos intangíveis corresponde às garantias de manutenção do software adquirido, as quais, tendo por base o respectivo contrato de manutenção, se encontram a ser amortizadas pelo prazo de 3 anos.

## 22. Activos por impostos diferidos

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Imposto diferido de provisões para riscos gerais de crédito	35.291	40.867
Imposto diferido de prejuízo fiscal	361.216	83.968
	<b>396.507</b>	<b>124.835</b>

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

## 23. Outros activos

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
IRC a recuperar	629	129
IVA a recuperar	30.057	12.989
Outros devedores diversos	11.456	2.894.045
Outros serviços prestados	-	7.899
Seguros	15.997	17.648
Outras rendas	8.700	12.043
Outras despesas com encargos diferidos	585	1.133
Operações cambiais a liquidar - a prazo - saldo devedor	1.626	404
Outras Operações activas a regularizar	13	0
<b>Total de outros activos</b>	<b>69.063</b>	<b>2.946.290</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de Outros devedores diversos inclui um montante de 2.883.379 relativo à diferença de activos e passivos adjacente à operação de trespasse ocorrida em 31 de Maio de 2008 entre o Anglo Irish Bank, sucursal em Portugal e o Hyposwiss Private Bank Sucursal em Portugal. Este montante foi contabilizado como valor a receber da casa-mãe localizada em Genève que detém a 100% a sucursal.

Durante o ano de 2009, foi decidido compensar este montante com os valores a pagar à casa-mãe, contabilizados na rubrica de Outros passivos.

## 24. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Instrumentos derivados de negociação (passivos)	55.855	21.094

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação inclui a valorização de derivados cambiais. Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 15.

## 25. Recursos de outras instituições de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Recursos de instituições de crédito no país - outros recursos	20	387
Sede e sucursais da própria instituição	10.925.000	22.544.180
	<b>10.925.020</b>	<b>22.544.567</b>
Juros de recursos de outras instituições de crédito - no estrangeiro	15.468	277.415
<b>Total de recursos de outras instituições de crédito</b>	<b>10.940.488</b>	<b>22.821.982</b>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Até 1 mês	1.083.629	4.417.991
Superior a 1 mês e até 3 meses	7.356.347	4.245.571
Superior a 3 meses e até 6 meses	500.375	9.663.150
Superior a 6 meses e até 12 meses	2.000.137	2.215.032
Superior a 12 meses e até 60 meses	-	2.280.238
	<b>10.940.488</b>	<b>22.821.982</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as taxas de juro associadas aos depósitos efectuados pela sede (na sua maioria em euros) variam respectivamente entre 3% e 0,44% e 5,45% e 2,70%, dependendo da data de constituição e da maturidade contratada.

## 26. Recursos de clientes e outros empréstimos

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Depósitos à ordem - residentes	9.319.231	4.048.888
Depósitos a prazo - residentes	3.693.000	3.992.931
Depósitos à ordem - não residentes	1.052.903	377.896
Depósitos a prazo - não residentes	1.512.000	1.283.000
	<b>15.577.134</b>	<b>9.702.715</b>
Juros de recursos de clientes	25.168	67.409
<b>Total de recursos de clientes</b>	<b>15.602.302</b>	<b>9.770.124</b>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	31-Dez-09	31-Dez-08
À vista e até 1 mês	11.463.324	7.010.606
Superior a 1 mês e até 3 meses	2.279.145	349.246
Superior a 3 meses e até 6 meses	1.859.833	2.103.618
Superior a 6 meses e até 12 meses	-	306.654
<b>Total</b>	<b>15.602.302</b>	<b>9.770.124</b>

Os depósitos a prazo são constituídos maioritariamente em euros, sendo que à data de 31 de Dezembro de 2009 e de 2008 as taxas de juro remuneratórias encontram-se a variar respectivamente no intervalo compreendido entre 2% e 0,18% e 5,27% e 1,60%, dependendo da data de constituição e da maturidade contratada.

## 27. Provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Provisões para riscos gerais de crédito - crédito concedido	130.320	152.075
Provisões para riscos gerais de crédito - crédito por assinatura	2.852	2.140

<b>Total</b>	<b>133.172</b>	<b>154.215</b>
--------------	----------------	----------------

A provisão para riscos gerais de crédito cumpre com as exigências estabelecidas nas normas do Banco de Portugal, fixadas pelos Avisos nº3/95 de 30 de Junho, nº7/00 de 27 de Outubro e nº8/03 de 30 de Janeiro, conforme referido na política contabilística descrita na nota 2.2.3.

## 28. Passivos por impostos correntes

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>31-Dez-09</b>	<b>31-Dez-08</b>
Retenções na fonte	629	129
Despesas tributadas autonomamente	-7.934	-6.906
<b>Total</b>	<b>-7.305</b>	<b>-6.777</b>

## 29. Outros passivos

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>31-Dez-09</b>	<b>31-Dez-08</b>
IVA a pagar	7.435	3.506
Retenção - sobre rendimentos de trabalho dependente	9.786	13.594
Retenção - sobre rendimentos de trabalho independente	37	0
Retenção - sobre rendimentos de capitais	-956	10.526
Retenção - sobre rendimentos prediais	2.899	3.518
Do selo - utilização de créditos	-	1.800
Do selo - juros e comissões	8.022	9.942
Do selo - outros	1	0
Contribuições para a Segurança Social	13.093	17.980
Outros fornecedores	-	1.137
Outros credores	3.544.494	4.791.591
Férias e subsídio de férias a pagar	194.617	260.591
Encargos a pagar - por gastos gerais administrativos	36.626	51.841
Outros valores a regularizar - Forwards	1.626	0
Outros valores a regularizar	13	1.996
<b>Total de outros passivos</b>	<b>3.817.693</b>	<b>5.168.022</b>

A rubrica de outros credores corresponde ao valor em dívida perante a sede relativo ao saldo acumulado dos valores transferidos mensalmente para a sucursal, para esta fazer face às suas despesas correntes. Refira-se que, por decisão conjunta, a sede não se encontra a cobrar juros à sucursal sobre o montante em dívida. Em 2009 foi decidido a compensação do saldo de Outros credores com o valor contabilizado em outros activos respeitante à dívida a receber da casa mãe referente à operação de trespasse, conforme já referido na nota 23.

O montante registado em Férias e subsídio de férias a pagar, inclui o valor de 35.348 respeitante a indemnização e acertos de subsídios a pagar ao colaborador que não aceitou os termos do despedimento colectivo interposto pela Sucursal aquando do processo de reestruturação, conforme referido na nota 9.

### 30. Capital

Em 22 de Abril de 2008, aquando da constituição do Hyposwiss Private Bank, sucursal em Portugal, e de acordo com o requerido pelo Artigo 59º do Regime Geral das Instituições de crédito e sociedades financeiras, foi alocado um capital de 18.500.000. Por motivos prudenciais, foi deliberado pela Gerência no decorrer de 2009 o aumento do capital alocado em 500.000.

### 31. Garantias, passivos contingentes e compromissos

As garantias, os passivos contingentes e os compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31-Dez-09	31-Dez-08
<b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</b>	285.203	213.924
<b>Garantias recebidas</b>	27.316.669	21.337.764
<b>Compromissos</b>		
Linhas de crédito revogáveis	1.333.457	853.854
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
Depósito e guarda de valores	30.333.950	19.347.430

### 32. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados activos. Nas rubricas em que não é contabilisticamente registado alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, tendo por comparação taxas aplicáveis a estes activos à data de referência das demonstrações financeiras para os mesmos prazos.

Tendo em conta a maturidade das operações e o tipo de taxa de juro, a sucursal considera não significativa a diferença entre o justo valor e o valor a que os seguintes activos e passivos se encontram registados no balanço (custo amortizado):

- Caixa e disponibilidades em bancos centrais – considera-se que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, considerando os curtos prazos associados a esse instrumento financeiro;
- Disponibilidades em outras instituições de crédito – são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;

- Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados – estes instrumentos financeiros são contabilizados ao justo valor. O justo valor tem por base os preços de cotação de mercado.
- Aplicações em instituições de crédito – o justo valor deste instrumento financeiro é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro, considerando que o reembolso das aplicações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Assim, o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado;
- Crédito a clientes – o justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Assim, o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado;
- Recursos de outras instituições de crédito – considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros e o facto das taxas de juro aplicáveis serem taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor; e
- Recurso de clientes e outros empréstimos – o justo valor é idêntico ao valor porque se encontram registados, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado.

### 33. Entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da sucursal todas as empresas controladas pelo Grupo St. Galler Kantonalbank (SGKB), assim como os órgãos de gestão da mesma.

Os saldos com entidades relacionadas derivam integralmente de transacções efectuadas com a sede da sucursal em Genebra – Hyposwiss Private Bank Genève, SA.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as demonstrações financeiras da sucursal incluem os seguintes saldos, excluindo os referentes aos órgãos de gestão:

#### Entidades Relacionadas

Activos:	31-Dez-09	31-Dez-08
	Sede	Sede
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.908.921	4.149.059
Aplicações em instituições de crédito	6.912.279	26.657.508
Crédito a clientes	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Outros activos	-	2.883.380

**Passivos:**

Passivos financeiros de negociação	-55.855	-21.094
Recursos de outras instituições de crédito	-10.940.468	-22.821.594
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-
Derivados de cobertura	-	-
Outros passivos	-3.544.494	-4.791.591

**Proveitos e custos:**

Margem financeira	-174.604	189.627
Resultados em operação financeiras	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	-	-
Resultantes de exploração	-	-
Gastos gerais administrativos	-300.000	-175.000

**Órgãos de gestão**

Em Dezembro de 2009, os custos suportados relativos à remuneração e encargos sociais da Gerência da sucursal ascendem a 233.832.

Em Dezembro de 2009, os órgãos de gestão não têm operações de débito ou crédito contratadas junto da sucursal. Esta não tem qualquer responsabilidade ou benefício de longo prazo concedido aos membros da Gerência.

**34. Eventos após a data de balanço**

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pela Gerência da Sucursal não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2009, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigisse ajustamento ou modificação dos valores dos activos e dos passivos.

**35. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	<b>31-Dez-09</b>	<b>31-Dez-08</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	426.818	1.555.996
Disponibilidades em Instituições de Crédito	2.306.182	4.479.369
Aplicações em IC's a muito curto prazo (< 3 meses)	7.703.000	23.569.931
	<b>10.436.000</b>	<b>29.605.296</b>



### **36. Consolidação de contas**

As contas da sucursal são consolidadas nas contas do Hyposwiss Private Bank Genève SA. As contas desta Entidade podem ser obtidas directamente na sua sede, em Genève, ou através do site [www.hyposwiss.ch](http://www.hyposwiss.ch).